

PLANEJAMENTO FAMILIAR NO BRASIL

Data de aceite: 02/06/2023

Guilherme Prado Drosdosky

Rikelme Andrade Costa

Márcia Cristina Arruda Silva

Layene Alves dos Santos Madalena

Juliana Balla Lucena

Wanessa Rendeiro da Silva e Silva

Ádine Maely Silva Alves

João Carlos de Sousa Borges

Larissa Silva Gonçalves

Caio Victor Mendonça Barros

Laura Cunha Palheta

Matheus Cade Coelho Soares

Pedro Isaque Batista Mota

RESUMO: O Planejamento Familiar (PF) trata-se de um conjunto de medidas que mediam a fecundidade, garantindo o direito de escolha de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou principalmente pelo casal. O

Ministério da Saúde do Brasil (MS), contém disponíveis métodos contraceptivos no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo eles reversíveis ou não. Em suma, esse trabalho tem como objetivo principal demonstrar como funciona o planejamento familiar no Brasil e suas implicações, além disso, tem como objetivo secundário auxiliar o estudos sobre a temática facilitando o entendimento com a compilação de tópicos importantes. Esse trabalho utiliza como método a revisão integrativa da literatura, no modelo descritivo analítico, com a compilação dos principais tópicos acerca da temática proposta.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento familiar, promoção em saúde, saúde reprodutiva

INTRODUÇÃO

O Planejamento Familiar (PF) trata-se de um conjunto de medidas que mediam a fecundidade, garantindo o direito de escolha de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou principalmente pelo casal. Neste sentido, ações educativas e preventivas determinam a garantia de acesso ao PF, por meio acesso a informações, meios,

métodos e técnicas disponíveis acerca da fecundação. Ter filho ou não ter filho, ou delimitar os espaços entre as gestações é caracterizado por uma escolha do casal, de maneira segura e com apoio dos profissionais de saúde da Estratégia Saúde da Família (ESF), proporcionando saúde biopsicossocial e bem-estar (Almeida, 2017).

Todavia, o Ministério da Saúde do Brasil (MS), contém disponíveis métodos contraceptivos no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo eles reversíveis ou não. Os métodos contraceptivos reversíveis totalizam oito, são eles: preservativos feminino e masculino, pílula oral, minipílula, injetável mensal, injetável trimestral dispositivo intrauterino (DIU), pílula anticoncepcional de emergência e o diafragma. Com métodos permanentes, há a opção de laqueadura de tubas uterinas para a mulher e a vasectomia para os homens, sendo estas por meio de intervenção cirúrgica (Brasil, 2010).

Historicamente, com o movimento feminista dos anos 70, houve muitas mudanças no cenário mundial, principalmente nos fatores culturais e sociais, colocando a mulher em um novo papel dentro da sociedade. Assim, a modificação dos parâmetros sociais, tornou-se indubitavelmente necessária a introdução do direito reprodutivo para as mães com o intuito de respeitar as escolhas da mulher, além da entrada da mulher no mercado de trabalho e a minimização do tempo de dedicação ao lar (Chiesa, 2019).

Em suma, esse trabalho tem como objetivo principal demonstrar como funciona o planejamento familiar no Brasil e suas implicações, além disso, tem como objetivo secundário auxiliar o estudos sobre a temática facilitando o entendimento com a compilação de tópicos importantes.

METODOLOGIA

Esse trabalho utiliza como método a revisão integrativa da literatura, no modelo descritivo analítico, com a compilação dos principais tópicos acerca da temática proposta. A partir dos critérios de inclusão, pode-se obter os trabalhos que foram analisados, catalogados e publicados neste trabalho como os resultados, sendo delimitado como os critérios de inclusão: trabalhos publicados nas bases de dados Scielo, Pubmed e Periodico Capes com periodicidade dos últimos cinco anos (2018-2023), disponíveis na íntegra de forma gratuita, nos idiomas inglês ou português, por fim, optou-se por utilizar os Descritores em Ciências da Saúde (DECS) "Planejamento familiar, saúde reprodutiva, promoção em saúde" com os operadores booleanos "and" e "or".

RESULTADOS

Para a realização de um PF efetivo, faz-se necessário a participação de todos os membros da família, incluindo o homem, entretanto, esse aspecto ainda é deficiente nesta promoção de saúde. Os indicadores da atual participação deles demonstram que o assunto sobre decidir o quantitativo de filho trata-se de uma necessidade, além do

espaçamento entre eles, tornando o PF uma atividade importante e inserindo o interesse do homem. Negativamente, na prática ainda não é uma realidade para os serviços de saúde, necessitando de políticas públicas para mitigar tal situação (Dral, 2018).

Ademais, uma maneira de implementar tal situação no cotidiano de saúde, propõem-se o incentivo da população em conhecer os métodos anticoncepcionais, este organizado por uma equipe multiprofissional, sendo estes ligados diretamente com a família, demonstrando o papel de cada profissional montando a melhor estratégia individualizando cada situação e respeitando cada decisão, sendo o Agente Comunitário em Saúde (ACS) o trabalho de realizar a busca ativa domiciliar, com o intuito de trazer público para os serviços de saúde (Reis, 2020).

Todavia, o período pos-parto é um momento oportuno para a realização de ações educacionais em saúde, apresentando os métodos definitivos ou não. A recomendação da utilização do método contraceptivo de barreira e mais evidente, por conta da sua alta taxa de efetividade e sua proteção contra infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), entretanto, o uso inadequado deste produto pode desencadear uma falsa sensação de segurança e diminuir uma efetividade (Silva et Al., 2018). Outra maneira de realizar o PF, pode ser realizado por meio dos anticoncepcionais hormonais femininos, sendo disponibilizado no SUS na forma de pílula e injetável, todavia, há disponível no mercado em forma de adesivo com a positividade de menor índice de efeitos colaterais, visto posto que esse método, mesmo com uma boa taxa de efetividade, é rejeitado por muitas mulheres por conta das consequências para o organismo feminino (Pedro, 2021).

O Dispositivo Intrauterino (DIU), nos últimos anos tem ganhado maior usabilidade nos serviços de saúde por sua alta durabilidade e efetividade e baixo índice de efeitos colaterais, nesse contexto, esse dispositivo fica implantado no útero por uma periodicidade de cinco anos, dependente do seu material pode ou não conter hormônios (Avila, 2020). Como meio de controle conceptivo, pode haver os casos definitivos, como a laqueadura ou vasectomia, utilizado comumente para as famílias que já atingiram o quantitativo esperado de filhos, como ponto positivo, os efeitos colaterais são mínimos para o organismo, entretanto, trata-se de decisões que devem ser analisadas com cautela.

Por fim, no ano de 2023, as leis acerca da laqueadura foram modificadas, permitindo que a mulher realize tal procedimento sem a necessidade de autorização do marido, sendo um avanço para a sociedade contemporânea

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se concluir a necessidade da garantia do direito reprodutivo para os homens e mulheres, através da política de planejamento familiar, por meio de programas de saúde que permitam ações de educação em saúde para os casais em idade reprodutiva e ações de educação permanente para os profissionais de saúde atenderem as

demandas existentes. Em suma, podemos compreender a existência de diversos métodos contraceptivos que permitam ao casal o planejamento acerca da reprodução, entretanto, a equipe prestadora de cuidados tem que respeitar todas as decisões sobre o corpo do paciente, além de visualizar cada organismo como único.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Paulo Ferreira de; ASSIS, Marianna Mendes de. Efeitos colaterais e alterações fisiológicas relacionadas ao uso contínuo de anticoncepcionais hormonais orais. **Rev. Eletrôn. Atualiza Saúde**, v. 5, n. 5, p. 85-93, 2017.

AVILA, Walkiria Samuel et al. Posicionamento da Sociedade Brasileira de Cardiologia para Gravidez e Planejamento Familiar na Mulher Portadora de Cardiopatia–2020. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 114, p. 849-942, 2020.

BRASIL, Departamento de Atenção Básica. Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. **Cadernos de Atenção Básica**. 2010.

CHIESA, Daniella De Paula; SANCHES, Mário Antônio; SIMÃO-SILVA, Daiane Priscila. Planejamento familiar como assunto de mulher!? Perfil de gênero na produção científica no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, p. 221-235, 2019.

DRAL, Astrid A. et al. Factors influencing male involvement in family planning in Ntchisi district, Malawi—a qualitative study. **African Journal of Reproductive Health**, v. 22, n. 4, p. 35-43, 2018.

PEDRO, Camilla Barbosa et al. Fatores relacionados ao planejamento familiar em região de fronteira. **Escola Anna Nery**, v. 25, 2021.

REIS, Angélica Cancio et al. Planejamento Familiar: o conhecimento da mulher atendida no Sistema Único de Saúde sobre a saúde reprodutiva. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. e393985459-e393985459, 2020.

SILVA, Wesley Gomes da et al. O planejamento familiar para homens. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. 3098-3109, 2018.